



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.

Sub-eixo: Relações patriarcais de gênero e raça.

SERVIÇO SOCIAL, MULHERES E UNIVERSIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA AS AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA UFPB

KÍSSIA WENDY SILVA DE SOUSA¹

MARIA GABRIELLA FLORENCIO FERREIRA²

RAFAELA LEANDRO PEREIRA³

RÚBIA CÉLIS PEREIRA DIAS LIMA⁴

JACQUELINE ARAÚJO DO NASCIMENTO BARROS⁵

Resumo: Este trabalho visa socializar as ações desenvolvidas em 2017/2018 pelo Projeto de Extensão Mulheres e Universidade: a contribuição da extensão universitária para as ações de combate à violência no campus”, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica fundamentada no feminismo materialista, além dos fundamentos de trabalhos grupais, debates e exposição de conteúdo. Colocando-se enquanto uma proposta de negação às violências contra mulheres numa sociedade machista, patriarcal e racista, verificadas no espaço universitário. Oportunizando reflexões, reconhecimento de violências e fortalecendo o tripé ensino, pesquisa e extensão no processo formativo dos estudantes de Serviço Social e áreas afins.

Palavras-chave: Extensão universitária; feminismo; Serviço Social; enfrentamento às violências.

SOCIAL SERVICE, WOMEN AND UNIVERSITY: THE CONTRIBUTION OF THE UNIVERSITY EXTENSION TO THE ACTIONS TO COMBAT VIOLENCE AT UFPB

Abstract: This work aims to socialize the actions developed in 2017/2018 by the project of Extension Women and University: The contribution of the university extension to the actions to combat violence in the campus, at the Federal University of Paraíba (UFPB). methodologically, we use the bibliographical research based on materialistic feminism, in addition to the fundamentals of group work, debates and content exhibition. Posing as a proposal to deny violence against women in a sexist, patriarchal and racist society, verified in the university space. Opportunities Reflections, recognition of violence and strengthening the tripod teaching, research and extension in the formative process of Social service students and related areas.

Keywords: University extension; Feminism Social services; Confronting violence.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <kissiawendy@hotmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba

I. INTRODUÇÃO

Compreender o processo histórico de opressão dos homens sobre as mulheres, a fim de desnaturalizar essa relação e revelar a forma como se reproduz nos mais diversos espaços, é fundamental para a construção de uma sociedade de seres humanos livres, ou seja, que vise à transformação social acabando com todas as formas de opressão, avançando para a construção de uma sociedade de mulheres e homens emancipados.

O Feminismo vem contribuindo historicamente com o avanço dos direitos das mulheres de diferentes raças, etnias, classes e culturas por caracterizar-se enquanto um movimento social, filosófico e político que busca alterar e vem alterando a condição da mulher em diferentes âmbitos da sociedade sempre contestando e negando o “lugar” de subordinação socialmente construído para as mulheres fortalecido pelo patriarcado e potencializado na sociedade capitalista, pois, o patriarcado, o machismo e os valores fundantes da sociabilidade do capital são instrumentos ideológicos, políticos e econômicos de opressão e exploração das mulheres.

Partindo desse parâmetro de análise, as bases teóricas do feminismo devem ser compatíveis com os princípios defendidos e assumidos como orientação coletiva no processo de organização das mulheres, aportadas na história e teoria social crítica capaz de promover uma análise e compreensão dos processos sociais que formam a aparência e a essência das relações desiguais de sexo, raça e classe social identificando as particularidades próprias da formação histórica de cada sociedade.

Sendo assim, o Feminismo se apresenta como um movimento social que dispõe do intento de reunir as mulheres com propósito organizativo, e fortalecido de modo teórico-político no enfrentamento às formas de opressão oriundas da relação antagônica entre homens e mulheres nas mais variadas expressões de violência. Materializadas no processo de desnaturalização das relações patriarcais, na desobediência dos padrões impostos pelo mercado, na negação dos fundamentalismos religiosos que tendem ao controle de corpos, mentes e vidas das mulheres, sendo o feminismo de importante relevância

social no coletivo de mulheres para reivindicar a igualdade e reconhecimento perante a sociedade.

O Feminismo e o Serviço Social estão interligados a partir de suas trajetórias de renovações teórico-metodológicas e ético-políticas, organizadas em diferentes instâncias. O feminismo surgiu da organização coletiva de mulheres e o Serviço Social a partir de uma demanda entre o capital e o trabalho, mas correlativos nos embates contra o sistema capitalista e patriarcal a qual se atribui a violação de direitos. Os princípios fundamentais da profissão se interligam na luta feminista materialista propiciando conflitos contra o conservadorismo, preconceito, autonomia de escolhas, emancipação, a recusa do autoritarismo, consolidação da cidadania, participação política, eliminação de normatividade patriarcal, aprimoramento intelectual, construção de uma nova ordem societária, articulação com outros movimentos.

O Serviço Social brasileiro passou por um processo de transformação no que tange às suas bases teóricas e direcionamento político a partir da década de 1970, época em que o país vivenciava uma emergência dos movimentos sociais no tensionamento de forças pela redemocratização com o governo ditatorial. Nesse contexto, o Serviço Social encontrou caminhos para elaboração de encontros que pautaram discussões em torno das suas próprias diretrizes e práticas profissionais, na negação do conservadorismo, alinhadas à insatisfação com a conjuntura nacional e aproximando-se com as pautas de luta dos/as trabalhadores/as.

Nessa perspectiva, o Serviço Social encontrou na tradição marxista, no avanço das produções do conhecimento e nos rebatimentos do Movimento de Reconceituação bases para nortear suas análises da realidade. Desse modo, a década de 1990 representa a maturidade profissional do Serviço Social, pois se criam a Lei que Regulamenta a Profissão – Lei nº 8.662/93 – O Código de Ética profissional, e as Diretrizes Curriculares. Essas três normativas formam o Projeto Ético-Político, que compreende as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que direcionam a profissão para uma prática comprometida com seus princípios.

Netto (1999) argumenta que o Projeto Ético-Político profissional se fundamenta na liberdade como valor central, bem como no alargamento dos direitos sociais, da autonomia dos indivíduos, da emancipação humana e a construção de uma nova ordem societária sem explorações e opressões. Apesar do projeto ser hegemônico, não há uma consolidação, encontrando-se em contínuas disputas com segmentos divergentes, propiciado pela pluralidade. Vale ressaltar ainda, que em todo o processo de conquista da categoria profissional, após um longo percurso de luta, a esfera da totalidade é um traço marcante do Projeto Ético-Político, e como aponta o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2009) - a entidade máxima da profissão - representa uma conquista para a afirmação contínua do mesmo, que pressupõe a superação da sociedade capitalista.

Nessa perspectiva de emancipação política dos indivíduos, Cisne e Santos (2018) colocam o feminismo como uma forma de reforçar essas perspectivas presumidas no projeto, uma vez que não há conquista de uma nova ordem societária desassociada à emancipação das mulheres. Dessa forma, o feminismo contribui de forma direta para a afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Para a sustentação deste, Ramos (2009) aponta a organização política coletiva da categoria como imprescindível, sendo necessário o enfrentamento às dificuldades colocadas pelo próprio sistema capitalista e na ofensiva às organizações da classe trabalhadora e do movimento feminista.

Para efetivar o alinhamento do feminismo com o serviço social, é preciso criar ações no processo formativo no ensino do curso de Serviço Social que desconstrua em dimensão de classe desde a gênese da divisão social e sexual do trabalho, como cita Cisne e Santos (2018), em que o sistema capitalista-racista-patriarcal atribui a “vocação natural” a qualidade e atributos de profissionais femininas tendo a necessidade imposta pelo capital em controlar conflitos sociais.

Além disso, a importância do feminismo no Serviço Social é por ser uma práxis que desnaturaliza as opressões e violências contra as mulheres e fortalece a construção política na análise da totalidade. Na materialidade do

Projeto Ético-Político é preciso criar ações no processo de formação, espaço de debate profissional, nos aspectos teórico-metodológico quanto na prática-interventiva em combate à violência e exploração.

A extensão universitária se coloca como um dos mecanismos de consolidação dessas ações, compreendendo que uma formação qualificada se baseia no tripé fundamental da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, o feminismo junto ao projeto de extensão universitária no curso de Serviço Social, vem justamente para realizar ações de debate e combate à violência contra mulher, bem como, reafirmar o projeto ético-político e todas as instâncias que norteiam e dão base a profissão, estejam elas nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e/ou técnico-operativa.

Assim sendo, em consonância com a materialização do projeto ético-político supracitado, com vistas a destinar uma formação profissional de qualidade, que vise a construção de um novo projeto societário, o feminismo vem para implementar o debate acerca da mulher enquanto classe trabalhadora, sujeita de direitos inserida na sociedade, como também, dentro e fora do Serviço Social, uma vez que a profissão é majoritariamente feminina devido a divisão sexual do trabalho.

A partir do que introduzimos como ponto de partida da discussão e a socialização que pretendemos apresentar neste trabalho, a seguir discorreremos de uma breve análise sobre as mudanças no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva a partir dos anos de 1970 e as imbricações sobre a vida e a organização política das mulheres. Em seguida destacamos a importância do processo formativo crítico para as e os Assistentes Sociais e a relevância da Extensão Universitária como viabilizadora de uma formação crítica que pense e formule sobre a realidade social, não apenas no campo da abstração, ações concretas de enfrentamento às opressões de sexo, raça/etnia e classe dentro da Universidade e para além de seus muros.

II. O FEMINISMO COMO ENFRENTAMENTO AO STATUS QUO: UM OLHAR ASSOCIADO A CRISE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

A crise mais contemporânea do sistema do capital, cuja maior evidência dá-se a partir dos anos 1970, foi fortemente marcada pelo ocaso dos anos dourados, diante da impossibilidade de garantir a manutenção de direitos sociais mínimos em detrimento da busca constante do sistema do capital pela obtenção de uma crescente acumulação de riquezas.

A crise da década de 1970 atinge a sociedade em sua totalidade, é, portanto, estrutural e desencadeia autênticas transformações societárias em nível mundial, incorrendo em verdadeiras mudanças nos âmbitos: social, econômico e também cultural, ou seja, nas várias esferas da sociabilidade.

São postas em curso várias estratégias de intensificação da exploração da classe trabalhadora, por meio da desregulamentação, flexibilização e também precarização do trabalho. O que se percebe é o aumento na informalidade trabalhista e um verdadeiro retrocesso em torno de conquistas duramente obtidas pela classe trabalhadora, além do empobrecimento dos/as trabalhadores/as e o acirramento da Questão Social.

Nessa perspectiva, convém dizer que se trata não apenas de mudanças cotidianas e superficiais, mas de profundas alterações sociais, a partir das quais são colocados amplos desafios para a classe trabalhadora. Surge então um questionamento: como podemos situar a condição de vida e de reprodução das mulheres considerando essa dinâmica que estamos discutindo?

Ora! Algumas mediações precisam ser feitas para conseguirmos compreender melhor de que forma as mulheres são atingidas pelos ditames do sistema do capital, e não só isto, precisamos considerar também os pressupostos do patriarcado, do machismo e também do racismo como formas de oprimir e subjugar a mulher, sendo elas as que mais sofrem com os processos de maximização da exploração da classe trabalhadora. Uma vez que,

Nós, mulheres, somos duplamente exploradas por vivermos no sistema capitalista e no sistema patriarcal. No sistema patriarcal, em que os homens têm mais poder do que nós e tem poder sobre nós, também predomina outra divisão social do trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. Ele é um dos mecanismos que sustentam a opressão e a exploração dos homens sobre nós, mulheres. O sistema capitalista se apropria dessa divisão para explorar mais as mulheres

no trabalho remunerado e se apropriar do trabalho doméstico gratuito que é realizado por nós (SILVA et al, 2013, p.15).

Além do mais, ainda de acordo com as autoras: “A superexploração e o desvalor do trabalho da população negra são mecanismos por meio dos quais o racismo se expressa e a desigualdade racial se reproduz” (SILVA et al, 2013, p.15). Desse modo, torna-se evidente que as relações sociais são perpassadas por hierarquizações de classe, sexuais e também raciais. Para tanto, precisamos entender como as relações sociais de sexo e de raça são estruturantes para o capital e como a partir dessas determinações o processo de exploração e opressão se intensifica, principalmente para as mulheres e a população negra. Temos como exemplo concreto na apropriação do capital, da opressão dos homens sobre as mulheres, a divisão sexual do trabalho.

Essa divisão antecede ao modo de produção capitalista, todavia, é totalmente apropriada por ele, tanto para garantir maiores lucros na realização de uma mais-valia quase absoluta pela desvalorização da força de trabalho, a partir do barateamento da mão de obra via exploração do trabalho da mulher de forma não remunerada ou precarizada, quanto para manter o seu funcionamento e organização. Essa divisão começa dentro da própria família, situando-a como uma unidade econômica para o capital, embora perdendo, em certa medida, seu caráter produtivo com o processo de industrialização, permanece enquanto lugar de exploração e perpetuação da dominação do homem sobre a mulher. Nas palavras de Delphy (apud Cisne, 2014, p. 81),

(...) a família é uma unidade de produção. Família em latim designa um conjunto de terras, de escravos, de mulheres e crianças submissos ao poder (então sinônimo de propriedade) do pai de família. Nessa unidade o pai de família é dominante: o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence ou em outros termos a família é um conjunto de indivíduos que devem seu trabalho a um chefe.

A divisão sexual do trabalho, apesar de se iniciar dentro da estrutura familiar, onde a mulher arca com a atribuição de satisfazer as necessidades do grupo familiar, não se limita ao espaço doméstico. Nas palavras de Devreux (2005, p. 567 – 568), a divisão sexual do trabalho, é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do

emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo, cujo reconhecimento como trabalho é resultado de longas pesquisas feministas, diz respeito não somente ao trabalho doméstico propriamente dito, mas, também, ao trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas.

Para as mulheres negras, essa realidade se agudiza, uma vez que sobre si recaem o peso do patriarcado e do racismo, inserindo-as no campo da divisão sexual e racial do trabalho, reservando-as os piores empregos, mais flexibilizados e precarizados, e com os menores salários. Sendo assim, entendemos que o sistema capitalista vai gerar desigualdades, estruturador, alimentador e gerador de pobreza espalhada e de riqueza concentrada. Nessa lógica tudo é passível de venda e de troca, incluindo as vidas que se tornam mercadorias. Mas não quaisquer vidas, vidas com sexo e cor.

Se o trabalho da mulher vale menos, então contratemo-nas e paguemos menos; se o corpo da mulher é objeto, então vendamos para quem o quiser comprar; se as mulheres acumulam múltiplas habilidades, então exploremo-nas, façamos delas também as gestoras da miséria. Se os negros e negras valem menos, situemo-nos nos piores locais. (SILVA, 2011, p. 118)

Nessa direção, percebemos que a partir da crise estrutural do capital da década de 1970 e a propagação das ideias e políticas neoliberais para recuperação dessa crise e seus impactos, os movimentos de mulheres passam a construir uma leitura feminista sobre os processos econômicos e de produção, ou seja, uma leitura sob a ótica da economia feminista.

Olhar para o modelo de desenvolvimento a partir a economia feminista significa, necessariamente, ampliar a análise, buscando considerar o conjunto das práticas necessárias para a produção do viver, e não apenas aquilo que é quantificado, comprado e vendido no mercado. [...] Além das críticas aos paradigmas estabelecidos da teoria econômica, a economia feminista propõe novos modelos teóricos que incorporam a totalidade das relações econômicas – considerando, portanto, a experiência das mulheres -, e tomam a

satisfação das necessidades humanas como ponto de partida. Ao contrário do paradigma neoclássico da economia, que se centra na alocação eficiente e racional dos recursos do mercado, a economia feminista se volta para compreender como as sociedades se organizam para atender um determinado padrão de vida para toda a população. (Idem, p. 8-9)

A partir da leitura feminista da economia, os movimentos de mulheres direcionam suas ações para elaboração de críticas às políticas neoliberais. Sendo assim, além da centralidade na divisão sexual do trabalho e visão crítica da sociedade de mercado e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, essa análise apresenta um outro ponto central que é a coextensividade das relações de sexo, raça e classe no atual modelo de desenvolvimento econômico.

Para compreendermos essas relações, basta pensar em um novelo de lã todo enrolado, por mais que essa lã esteja desorganizada e que nós vejamos a linha de maneiras, formas e ângulos diferentes, ao desenrolarmos o novelo veremos que se trata de uma linha só formando aquele novelo (SAFIOTTI, 2015). Igualmente é quando falamos de relações sociais de sexo, raça e classe, podemos observar essas relações de diferentes formas, mais ou menos aparentes, em determinadas realidade, assim como parte da linha que forma o novelo, porém não se pode cortar o fio que une essas relações para assim darmos conta de entendermos todo o novelo que essas relações formam.

Com base no que apresentamos até aqui, não acreditamos que seja possível analisar a opressão sofrida pelas mulheres sem que se analise classe e raça, numa perspectiva de análise materialista, também, não acreditamos ser possível entender as mediações e o processo exploração do mundo do trabalho sem se considerar as relações sociais de sexo e de raça como sistemas de exploração e opressão estruturantes da sociedade de classes. Uma vez que partilhamos a visão que a desvalorização e apropriação do trabalho têm relação direta com essas categorias, e que a divisão sexual do trabalho é, portanto, fundamental para a manutenção e reprodução do sistema capitalista.

[...] Em termos de classe e das relações de exploração, o “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário

que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre “raça” e classe por outro. Na verdade, este trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração. É em torno desse trabalho desvalorizado que se desenvolve a rearticulação neoliberal das relações sociais, no que eu proponho a chamar de uma lógica de vasos comunicantes. (FALQUET apud Cisne, 2014, p. 69).

Dado que sob essa perspectiva a análise das relações sociais no modelo capitalista se enovela em classe, sexo e raça/etnia, precisamos - no campo prático, político e profissional - avançar na criação e promoção de políticas articuladas com o feminismo e o fim do racismo que vise à transformação social acabando com todas as formas de opressão, avançando para a construção de uma sociedade de mulheres e homens emancipadas.

Partindo dessa compreensão, faz-se fundamental ao Serviço Social compreender como as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam socialmente e como essas desigualdades violam os direitos das mulheres e as oprimem. Segundo Cisne (2012, p.21)

A análise das relações sociais de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, seja pela histórica marca feminina da profissão – com todas as suas determinações e implicações à categoria profissional -, seja pelo caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, das quais, gênero compõe uma das dimensões fundamentais.

De acordo com o VIII princípio fundamental do Código de ética do/da Assistente Social (2011, p.24), que diz que a categoria profissional deve ter “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, se torna importante acumular conhecimento no campo dos movimentos sociais, a fim de somar forças para a construção dessa nova sociedade.

III. AS AÇÕES DE EXTENSÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UFPB

O projeto de extensão *Mulheres e Universidade* executa atividades diversas dentro dos vários Campi da UFPB, no decorrer dos anos de vigência do projeto temos realizado fixamente atividades desenvolvidas para implementar o debate acerca da condição das mulheres em sociedade. Dentre tais atividades temos o “Cine Feminista” e “Produções do Conhecimento: A Mulher em Pauta”, além de realizarmos internamente um grupo de estudos, no qual, realizamos leituras e discussões sobre os assuntos planejados e propostos para cada encontro do grupo, a fim de respaldar teoricamente as ações propostas no projeto, como também, para nos dar arcabouço para produções científicas. Para além das atividades, o projeto também realiza reuniões operativas para pensarmos a organização e execução das ações a serem realizadas durante o ano.

No que tange à infraestrutura, os locais utilizados para a realização das atividades são, normalmente, os auditórios e praças da Universidade que são solicitados com antecedência para serem reservados, como meio de obter maior alcance com o público, formado, sobretudo, por estudantes, servidores/as e professores/as da Universidade. Além disso, os materiais utilizados para a realização das atividades são microfones, datashow, caixa de som, cadeiras, folhas de papel para panfletos e cartazes.

Assim sendo, a atividade “Cine Feminista” foi desenvolvida para que através de produções cinematográficas fomentasse o debate acerca da mulher nas diversas formas em que a mesma se apresenta na sociedade, visando assim, dar uma maior visibilidade a ação de uma forma diferenciada e que instigue a participação do público. As etapas desenvolvidas no Cine Feminista consistem na exibição do conteúdo cinematográfico, seguida do debate acerca do filme, em uma roda de diálogo, na qual a pessoa convidada para fazer a mediação faz suas considerações e em seguida os/as participantes trazem suas colaborações, com intervenções sobre os assuntos abordados a cada edição do cine. Sendo levantadas questões de identificação com o conteúdo a exemplo de vivências pessoais.

Ainda no momento do debate, busca-se propiciar a troca de conhecimentos acerca da temática que versa sobre o feminismo, promovendo

a aproximação do público para com essa perspectiva, considerando tanto a dimensão política, quanto à acadêmica. As temáticas que são abordadas em cada Cine são variadas, contudo, buscamos sempre colaborar com a agenda de lutas feministas e datas importantes, visando abarcar e contemplar a totalidade das mulheres. Dentre as muitas edições já realizadas pelo cine destacamos algumas das produções que já foram exibidas, como por exemplo, o curta metragem “Quem matou Eloá?; o longa metragem exibido em alusão ao dia da visibilidade lésbica “La Belle Saison”; o filme de Lelia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história; dentre outros.

O cine feminista é, portanto, uma proposta que visa construir uma cultura de combate à violência embasada nos ideais do feminismo, primando pela desconstrução de preceitos impostos e naturalizados pela sociedade classista, patriarcal e racista que expõe as mulheres a violações de diversas ordens cotidianamente. Além de visar dar maior visibilidade às produções cinematográficas que são feitas por mulheres e para mulheres, trazendo a realidade acerca do cotidiano vivido por todas nós, buscando assim desconstruir o modo como a mulher vem sendo apresentada e retratada na grande mídia, que passa uma imagem deturpada e que por vezes vem para reforçar uma cultura machista e patriarcal de opressão e subjugação das mulheres.

No que se refere à atividade “Produções do conhecimento: a mulher em pauta!” a metodologia consiste na apresentação das pesquisas realizadas por mulheres, com o posterior debate entre as pesquisadoras e o público, proporcionando a socialização da produção acadêmica, sendo momentos de partilha de conhecimentos, experiências e aproximação com, não só a produção acadêmica, mas uma produção acadêmica comprometida com a pauta das mulheres. Tal atividade realiza-se tanto a partir de uma temática livre, quanto através de um tema específico previamente delimitado como, por exemplo, saúde da mulher, violência contra a mulher, entre outros.

O momento do debate, no qual discutimos os temas que explicitam as condições das mulheres em sociedade constitui, mais precisamente, um momento singular de reflexão entre pesquisadoras de diferentes centros e

áreas de conhecimento e a comunidade acadêmica como um todo, o que tem possibilitado uma abordagem mais ampla e contemplado diversos aspectos acerca da realidade enfrentada pela mulher, considerando as suas especificidades.

As discussões que ocorrem durante a exposição dos trabalhos das pesquisadoras além de permitir a partilha do conteúdo acadêmico produzido com o restante da comunidade através da apresentação dos resultados, propicia uma série de reflexões sobre o processo que envolve realizar pesquisa científica com as mulheres na sociedade, permitindo, assim, a observação de variáveis e problemáticas que perpassam essas mulheres em seu cotidiano marcado por opressão de diversos tipos.

Nas atividades internas do projeto, temos o Grupo de Estudos supracitado, a metodologia adotada consiste na realização de leituras e pesquisas que proporcionam a organização de debates pelo Grupo de Pesquisa, visando o incentivo à produção científica e incorporando as temáticas de estudo. A exemplo da utilização bibliográfica das mulheres que fizeram história no período da Revolução Russa de 1917, pelos seus pensamentos, ideais e perspectivas, que as impulsionavam para luta; dentre elas se tem Clara Zetkin, Aleksandra Kollontai, Nadêjda Krúpskaia. À vista disso, viabilizou-se a aproximação para com o protagonismo dessas mulheres, compreendendo seus ideais políticos e sua relevância na construção histórica do feminismo e da Rússia.

Outro ponto discutido de relevante importância foi a relação das mulheres e o trabalho, havendo o debate acerca do tempo que é designado às mulheres e como esse tempo é utilizado, bem como o modo pelo qual o mercado de trabalho se apresenta para as mulheres e suas lutas diárias para conseguirem dar conta de duplas e até triplas jornadas de trabalho, uma vez que, a maioria delas tem a responsabilidade do trabalho doméstico e da criação dos filhos.

As ações da extensão, na perspectiva de um projeto sobre e voltado para a comunidade acadêmica com foco na violência contra as mulheres praticada nos campi da UFPB, procurou agregar e somar forças com diversos

movimentos de mulheres dentro e fora da universidade. Assim, contou com a participação do Fórum de Mulheres em Luta da UFPB, de representações feministas do grupo Interozes e do coletivo feminista Cunhã, dentre outros.

Destarte, diante do desmonte da política de ensino superior no Brasil, a extensão universitária é um instrumento de resistência e de acúmulo de saberes que impactam diretamente no processo de formação de docentes e discentes da comunidade acadêmica dando destaque ao curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. A extensão propicia uma aproximação com a realidade concreta e exige um rigor teórico e metodológico que determine os caminhos das ações desenvolvidas.

O projeto ora apresentado vem contribuindo de forma efetiva para o enfrentamento da violência contra as mulheres na UFPB através das ações desenvolvidas e já contribuiu com a formação acadêmica de alunas do curso e de outras áreas de conhecimento proporcionando maior integração entre as produções sobre prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Reafirmamos, nesta perspectiva, a relevância política e acadêmica das ações desenvolvidas pelo projeto aqui discutido, visto que o combate à violência e o enfrentamento aos diversos modos de opressão e exploração das mulheres mostra-se como uma prática necessária para a superação no modo de sociedade vigente, superação de uma cultura machista e patriarcal, o que requer a conquista de liberdade e emancipação substantiva das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises que perpassam a luta feminista, pode-se considerar um processo marcado de penosos desafios para as mulheres em suas mais diversas particularidades. As formas de viver e estar no mundo, essencialmente em face do sistema capitalista, representam intensas opressões, uma vez que este se serve de mecanismos patriarcais, racistas e lgbtfóbicos. Desse modo, as opressões que acometem as mulheres trabalhadoras, negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis/transsexuais, do campo e deficientes são estruturais, não restando outra forma de superá-las a

não ser pela conquista de uma nova ordem societária. Para tanto, o projeto da classe trabalhadora precisa estar articulado às suas pautas.

Para além dos desafios, é necessário apontar também, as conquistas das mulheres em todo o percurso de combate à sociedade vigente e aos processos de enquadramento a parâmetros considerados naturais para as mulheres, a estes associados ao comportamento, a maternidade, a posição política e social, como também contrárias aos “bons costumes” apregoados pelo capital. Assim, o movimento feminista tem possibilitado reflexões necessárias para as mulheres, em vistas de quebrar esses paradigmas impostos pela sociedade.

A vinculação do Projeto Ético-Político do Serviço Social ao projeto societário da classe trabalhadora com vistas a alcançar a transformação social, coloca-o estritamente na defesa das lutas feministas. As organizações sociais e lutas coletivas são importantes mecanismos de resistências políticas às explorações advindas do modelo capitalista patriarcal, até mesmo no interior da profissão em suas instâncias organizativas, o que remete a necessidade da categoria cada vez mais se vincular as lutas anteriormente citadas, para assim afirmarmos com mais expressividade o projeto profissional hegemônico.

Coloca-se como basilar uma formação profissional qualificada, para a compreensão dos aspectos estruturais da nossa sociedade e como estes afetam historicamente a vida das mulheres. Nesse sentido, entendemos que a extensão universitária ora discutida apresenta-se como instrumento fundamental de combate à violência, por ser um mecanismo estratégico de enfrentamento a toda lógica patriarcal.

Deste modo, o projeto ao qual nos referimos neste trabalho cumpre esse papel na Universidade, pelo fomento de debates e reflexões acerca das condições das mulheres dentro e fora dela, abordando discussões que levam a comunidade acadêmica e também a sociedade, a refletir e discutir a condição da mulher em todas as instâncias: social, política e/ou cultural, nas quais permeiam o machismo e todas as mazelas de uma sociedade sustentada no fundamento do capital.

Por fim, as ações desenvolvidas por meio do projeto de extensão aqui trabalhado, contribuem de forma significativa para o fortalecimento do tripé fundamental da universidade, que se conforma com ensino, pesquisa e extensão, que luta por uma universidade pública e de qualidade, além de oportunizar um espaço universitário que respeite a diversidade humana, e que lute junto às mulheres contra todas as formas de opressão e de violência em todos os campi da UFPB. O fortalecimento desse processo também se dá por meio da organização interna do projeto, em que nos apropriamos de leituras para o combate mais efetivo e para a criação de novas formas de sociabilidade dentro do espaço acadêmico.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1^oed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1^o ed. São Paulo, 2014.

_____; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CFESS MANIFESTA. 30 Anos do Congresso da Virada. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 ANOS NA LUTA EM DEFESA DA HUMANIDADE**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: 16 de jun. 2018.

DEVREUX, A.M. **A teoria das relações sociais de sexo**: um quadro de análise sobre a dominação masculina. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

NETTO, J. P.. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/ CFESS, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, S. R. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: polêmicas e desafios. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 19., 2009. **Anais [Cdrom]...** Guayaquil, 2009.

SILVA, C. Desenvolvimento, desigualdades sociais e antidesenvolvimento. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 4, ano V, p. 112-124, dez. 2011.

_____; ARANTES, R.; FERREIRA, V. **Nosso trabalho sustenta o mundo**. Recife: SOS Corpo, 2012.